

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO
DEPARTAMENTO DE LÍNGUA E LITERATURA VERNÁCULAS
CURSO LETRAS PORTUGUÊS

Ana Cristina Martinez

ONTOLOGIA DA MULHER INDÍGENA?:
Metade Cara, Metade Máscara de Eliane Potiguara

Florianópolis

2021

Ana Cristina Martinez

ONTOLOGIA DA MULHER INDÍGENA?:

Metade Cara, Metade Máscara de Eliane Potiguara

Trabalho Conclusão do Curso de Graduação em Letras
Português do Centro de Comunicação e Expressão da
Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para
a obtenção do Título de Bacharel em Letras Português.
Orientadora: Profa. Dra. Susan Aparecida de Oliveira.

Florianópolis

2021

y["7z°<z["°<²[">["=7Éz°7zÉ/û7z<'7/Éû7°7zä<'Éz7°Éû2
z7°û7&z°Éz6ûÉ;û7è7z°<z(<û7Ézè³Éè³["=7z°7zà[/["É³<=7zwí["<û&["³û[7z°7zwy-¹

ôy"b"gF"
""àâ'âkâózb"ub"ðkçé!"zâúóéâbê"6""ô"gy"ô
ô""é"(V"b"gF""ô"Ö
y"j"b""à"y".Á.1F
"""Á.F

""""g""g"v-"w
"f""j"gy"g"
g""éy"ó""k"(y
fy".Á.1F

""z"F"

""1F"k"(F"F"é"(F"ÇF"ô
zF"ÁF"k"zF"...F"!F"zF"y
j"b""àF"zzF""f"
j"gF"ó""k"(F"zzzF""F

Ana Cristina Martinez

ONTOLOGIA DA MULHER INDÍGENA?:
Metade Cara, Metade Máscara de Eliane Potiguara

Este Trabalho Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de “bacharel” e aprovado em sua forma final pelo Curso Letras Português

Florianópolis, 21 de maio de 2021.

Prof. Dr. Heronides Maurílio de Melo Moura
Coordenador do Curso *Pro tempore*

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Susan Aparecida de Oliveira
Orientadora
Instituição UFSC

Profa. Dra. Telma Sherer
Avaliadora
Instituição UFSC

Profa. Dra. Ellen Berezoschi
Avaliadora
Instituição UFSC

Este trabalho é dedicado às Mulheres Ancestrais Indígenas

AGRADECIMENTOS

Agradeço as vozes e ensinamentos Ancestrais Indígenas que chegam a mim, por meio das escritas autorais indígenas. Ao longo da minha ‘descoberta’ das Ancestralidades Indígenas venho repensando e refletindo sobre tudo neste planeta.

À profa. dra. Susan Aparecida de Oliveira por ter aceitado a orientação sem nos conhecermos e em ‘cima da hora’. Estendo os agradecimentos a todas professoras e a todos professores do DLLV. À secretaria da coordenação Giédry Santos Oliveira, por sempre atender atenciosamente e gentilmente.

Aos meus familiares, especialmente a minha mãe Marina, a minha sobrinha Mellany e ao meu sobrinho Davi. À extensão da minha família, as minha amigas: Naira (Nairete), Fabiana Batista e Janaina Lohmeyer (*in memorian*). Às minhas gatas e aos meus gatos: Vitória, Bô, Emma, Charlie, Dora e Valdirene, estamos vivendo nessa pandemia uma companhia intensiva.

Às colegas e aos colegas de caminhada na graduação pelos trabalhos em dupla, grupo e discussões em sala de aula. À Verônica Chaoui que nos conhecemos numa disciplina da graduação do DLLE e amizade transcende os muros da academia.

Agradeço imensamente à Bruna Bittencourt e à Ana Cristina Maria da Silva por lerem e comentarem comigo sobre o TCC, muito obrigada!!!

Em convívio com a sociedade,
Minha cara de “**índia**” não se transformo
Posso ser quem tu
Sem perder quem sou

Márcia Wayna Kambeba, 2018.

RESUMO

Este TCC apresentará por meio da apreciação e discussão literária de **Metade Cara, Metade Máscara** da escritora indígena Eliane Potiguara, como resistência, ressignificações, lutas, memória, ancestralidade, história, literatura e tradição. No primeiro capítulo estão questões referentes à escrita como um instrumento cultural de inserção social para uma minoria social, econômica e de direitos no capitalismo ocidental. Apresentação breve sobre a história da Literatura Indígena, as teorias e contexto de divulgação das escritas indígenas. No capítulo seguinte constam algumas problemáticas referentes às mulheres indígenas, mais especificamente, as questões referentes às escritas. Há o questionamento se essas escritas podem ser resignificadas e, portanto, se é possível ser construída uma ontologia da mulher indígena. Há comentários sobre a implementação da Lei 11.645 sobre a obrigatoriedade da História e Cultura Afro-brasileira e Indígenas no contexto universitário com foco nas licenciaturas. As descrições e análises careceriam de um aprofundamento mais sofisticado, mas para isso, é necessário termos mais conhecimento e discussões sobre os Povos Ancestrais Indígenas no âmbito acadêmico para interpretá-los numa chave do diálogo intercultural, para não repetir e reforçar os equívocos e violências feitas no passado e no presente.

Palavras-chaves: Eliane Potiguara. Mulheres Indígenas. Povos Indígenas.

ABSTRACT

This Completion Graduation Work will present, through the literary presentation and discussion of **Metade cara, metade máscara** by indigenous writer Eliane Potiguara, as resistance, resignifications, struggles, memory, ancestry, history, literature and tradition. In the first chapter, questions refer to writing as a cultural instrument of social insertion for a social, economic and rights minority in Western capitalism. Brief presentation on the history of Indigenous Literature, theories and context of dissemination of indigenous writings. In the next chapter there are some issues related to indigenous women, more specifically, questions related to writing. Is there a question as to whether these writings can be reframed and an ontology of indigenous women constructed? There are comments on the implementation of Law 11.645 on the mandatory nature of Afro-Brazilian and Indigenous History and Culture in the university context with a focus on undergraduate degrees. The descriptions and analyzes would need to be more sophisticated, but for that, it is necessary to have more knowledge and discussions about the Ancestral Indigenous Peoples in the academic field to interpret them in a key of intercultural dialogue, in order not to repeat and reinforce the mistakes and violence made in the past and in the present.

Keywords: Eliane Potiguara. Indigenous women. Indigenous People.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Arte de Denilson Baniwa

Figura 2 - Eliane Potiguara

Figura 3 - Maria de Lourdes (avó de Eliane Potiguara)

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INBRAPI Instituto Indígena Brasileiro para Propriedade Intelectual

GRUMIN Grupo de Mulheres Indígenas

NEArIn Núcleo de escritores e artistas indígenas do INBRAPI

OIT Organização Internacional do Trabalho

ONU Organização das Nações Unidas

TCC Trabalho de Conclusão de Curso

UFSC Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. LITERATURA INDÍGENA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA.....	13
2.1 BREVE HISTÓRIA DA LITERATURA INDÍGENA CONTEMPORÂNEA	15
2.2 PESQUISAS SOBRE AS ESCRITAS INDÍGENAS	18
2.2.2. Divulgação da Literatura Indígena	20
3. ESCRITAS DAS MULHERES INDÍGENAS	21
3.1 ONTOLOGIA DA MULHER INDÍGENA	22
3.2 LITERATURA INVISÍVEL OU LITERATURA INCONCEBÍVEL?	24
4. METADE CARA, METADE MÁSCARA	26
4.1 INVASÃO ÀS TERRAS INDÍGENAS E A IMIGRAÇÃO	29
4.2 ANGÚSTIA E DESESPERO PELA PERDA DAS TERRAS E PELA AMEAÇA À CULTURA E ÀS TRADIÇÕES	33
4.3 AINDA A INSATISFAÇÃO E A CONSCIÊNCIA DA MULHER INDÍGENA	34
4.4 INFLUÊNCIA DOS ANCESTRAIS NA BUSCA PELA PRESERVAÇÃO DA IDENTIDADE	35
4.5 EXALTAÇÃO À TERRA, À CULTURA E À ESPIRITUALIDADE INDÍGENAS	36
4.6 COMBATIVIDADE E RESISTÊNCIA	37
4.7 VITÓRIA DOS POVOS	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
REFERÊNCIAS	40

1. INTRODUÇÃO

**“Você não sabe / Ninguém viu
Mas ficou cravado na minha memória
Pega no laço e você sabe a história
Legalizam o genocídio”**
Mãos Vermelhas - Kaê Guajajara.

“E conta a história da bisa, da sua bisa que era índia¹”, início com a composição da cantora Kaê Guajajara², por apresentar e denunciar algumas questões referentes às mulheres indígenas e suas histórias na contemporaneidade no território nacional brasileiro por meio da Literatura Indígena, consistindo o tema fulcral deste Trabalho de Conclusão de Curso - TCC.

A música “Mãos Vermelhas” foi lançada em 2020 e sintetiza as problemáticas que serão apresentadas por meio da apresentação e discussão literária de **Metade Cara, Metade Máscara** da escritora indígena Eliane Potiguara, como resistência, ressignificações, lutas, memória, ancestralidade, história, literatura e tradição. A escolha desse livro, já que há várias escritoras indígenas e escritores indígenas, se deve por apresentar inúmeras questões referentes às mulheres indígenas, aos povos indígenas e as características da escrita literária da mulher indígena. Importa mencionar, que Eliane Potiguara é a pioneira da Literatura Indígena Brasileira Contemporânea, tendo como público alvo leitoras indígenas e leitores indígenas e não indígenas.

No primeiro capítulo apresento as questões referentes à escrita como um instrumento cultural de inserção social para uma minoria social, econômica e de direitos no capitalismo ocidental. Mas, será que é mesmo um instrumento? Para discutir essas questões trago as problemáticas da filósofa indiana Gayatri Spivak, inscrita nos estudos subalternos. Apresento brevemente sobre a história da Literatura Indígena, as teorias e contexto de divulgação das escritas indígenas.

No capítulo seguinte constam algumas problemáticas referentes às mulheres indígenas, mais especificamente, as questões referentes às escritas. Essas escritas podem ser resignificadas

1 A palavra “índio” precisa ser problematizada e deixar de ser usada. Segundo Daniel Munduruku, esta palavra é a base de todos os outros equívocos sobre os Povos Indígenas. O uso da palavra ‘índia’ pela Kaê Guajajara é porque a sociedade não indígena usa, e não como gostariam de ser chamados. Assista: “os equívocos nossos de cada dia por Daniel Munduruku: <https://www.youtube.com/watch?v=U69dBk2dRBk>

2 Sempre será usado o nome de autodefinição, geralmente é o nome ‘indígena’ ou o primeiro nome do registro acompanhado pelo nome do seu povo. A convenção nº169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais estabelece o direito ao nome indígena, comumente os indígenas têm o nome (autodefinição) e o nome de registro. Só será usado o nome de registro se for essa a escolha das indígenas e dos indígenas.

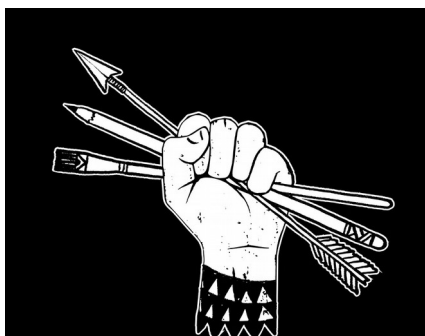
e construída uma ontologia da mulher indígena? Essas questões serão pautadas nos estudos coloniais de Maria Lugones. Como estamos falando de Povos Indígenas menciono e argumento sobre a implementação da Lei 11.645 sobre a obrigatoriedade da História e Cultura Afro-brasileira e Indígenas no contexto universitário como foco nas licenciaturas.

Para fechar apresento brevemente a narrativa e as temáticas centrais de **Metade cara, metade máscara** de Eliane Potiguara. As descrições e análises careceriam de um aprofundamento mais sofisticado, mas para isso, é necessário termos mais conhecimento e discussões sobre os Povos Ancestrais Indígenas no âmbito acadêmico para interpretá-los numa chave do diálogo intercultural. Como acadêmica branca, preciso conhecer mais sobre a História e Cultura Indígena para não repetir e reforçar os equívocos, violências e reforçando estereótipos feitas no passado e no presente.

2. LITERATURA INDÍGENA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA

A escrita pode ser um dos instrumentos culturais de inserção social para uma minoria social, econômica e de direitos no capitalismo ocidental, por isso, a Escrita Literária e a Literatura podem se tornar mecanismos de luta e resistência. Na atualidade, os povos indígenas tomam posse do instrumento da escrita ocidental para apresentar as suas perspectivas e modos de viver e pensar a partir das ancestralidades indígenas. As mulheres indígenas e homens indígenas, com as suas memórias e experiências, tomam a palavra e colocam no papel o que até então ficava somente na oralidade e, assim, podendo se tornar ‘visíveis’ para a sociedade contemporânea que está, de certo modo, acostumada a ler e ouvir falar sobre os povos indígenas mediadas por não indígenas.

Figura 01 - Arte de Denilson Baniwa



Fonte: arte/ref < <https://arteref.com/opiniao/repensar-a-critica-de-arte/>>

Há na atualidade pelo menos 60 escritoras indígenas e escritores indígenas escrevendo e publicando livros de vários e diferentes gêneros literários e através de diversas editoras no território nacional brasileiro. A publicação e divulgação das escritas indígenas literárias é um acontecimento relativamente recente se levarmos em consideração que estamos 521 anos em ‘contato’ após a invasão de 1500. Mas, afinal, o que é Literatura Indígena Brasileira Contemporânea?

Primeiramente, o que está sendo categorizado como Literatura Indígena são textos literários de diversos e diferentes gêneros escritos pelas indígenas e pelos indígenas. Ressaltando, não estão inclusos textos de não indígenas escrevendo sobre indígenas ou povos indígenas. A categorização de Literatura Indígena é importante, pois os povos indígenas historicamente foram subalternizados e, havendo ainda inúmeras tentativas de assimilação e tutelas³, no qual sempre houve a mediação, ou melhor, a intervenção de não indígenas sobre o que é dito sobre os povos indígenas. Na Literatura Indígena são os indígenas que tomam o centro das suas narrativas, histórias, memórias, culturas e cosmologias.

Os indígenas são brasileiros? Essa pergunta gera inúmeras respostas, alguns indígenas até irão dizer que são brasileiros, pertencentes a uma nação brasileira; outros irão dizer que habitam o mesmo território com os brasileiros; ainda outros irão dizer que não são brasileiros. Há inúmeras outras respostas possíveis para essa pergunta, afinal, estamos falando de uma diversidade de 305 povos indígenas ancestrais⁴ heterogêneos. O termo mais adequado por estar

3 Os povos ancestrais indígenas foram Protagonistas na construção da atual Constituição Cidadã em 1988. O Capítulo VIII, conhecido como "Capítulo do Índio" marca o fim da Tutela do Estado Nacional Brasileiro sobre os povos indígenas e determina a Demarcação de todas as Terras Indígenas, contudo, esse Direito até hoje não se concretizou, e hoje sofre reais ameaças com o projeto de lei chamado de “Marco Temporal” assinada na época pelo então, presidente da República Michel Temer.

4 Segundo os dados divulgados no último censo do IBGE (2010), são 305 povos e 274 línguas indígenas no território nacional brasileiro.

tentando atender uma diversidade é fazer a marcação pela delimitação geográfica e política, sendo assim, território nacional brasileiro. Então, Literatura Indígena Brasileira é a literatura escrita pelas indígenas e pelos indígenas no território nacional brasileiro.

Como já foi dito, a Literatura Indígena é um acontecimento relativamente recente iniciado na década de 1970, na perspectiva do tempo linear ocidental é utilizado o termo contemporâneo para marcação do tempo recente. Contudo, contemporâneo acarreta uma outra acepção. Devido à falta de conhecimento e equívocos sobre a história e culturas dos povos indígenas, comumente a sociedade nacional brasileira não indígena os coloca como pessoas pertencentes ao passado, longe do espaço e do tempo:

A literatura indígena contemporânea é um lugar utópico (de sobrevivência), uma variante do épico tecido pela oralidade; um lugar de confluência de vozes silenciadas e exiladas (escritas) ao longo dos mais de 500 anos de colonização. Enraizada nas origens, a literatura indígena contemporânea vem se preservando na auto-história de seus autores e autoras e na recepção de um público-leitor diferenciado, isto é, uma minoria que semeia outras leituras possíveis no universo de poemas e prosas autóctones⁵ (GRAÚNA, 2013. p.15).

O termo “contemporâneo” aproxima e chama atenção para algo que parece óbvio mas não é, os povos indígenas ancestrais estão no mesmo espaço e tempo que a sociedade brasileira nacional não indígena.

2.1 BREVE HISTÓRIA DA LITERATURA INDÍGENA CONTEMPORÂNEA

O que hoje chamamos de Literatura Indígena deu seus primeiros passos na década de 1970⁶, com a indígena do Povo Potiguara nascida e criada em contexto urbano⁷, a pioneira Eliane

5 Graça Graúna do Povo Potiguara, defendeu a tese em 2003, posteriormente foi publicada em formato de livro em 2013. A autora indígena usa o termo autóctones, contudo, umas das questões levantadas pelas indígenas e pelos indígenas é a preferência pelo uso de palavras do português brasileiro que abarque melhor o pensamento e cultura indígena sem carregar tantos preconceitos e estereótipos. Atualmente há preferência para falar dos primeiros habitantes como: originários, nativos, indígenas e ancestrais. E para a denominação do grupo de cada cultura há preferência pelo termo povo/povos ao invés de tribo/tribos e etnia/etnias. Os termos menos apreciados pelas indígenas e pelos indígenas só apareceram no texto nas citações.

6 O conceito de literatura para este trabalho, está restrito aos textos escritos. Infelizmente não está sendo estudada na perspectiva ancestral indígena, no qual o sentido é muito mais abrangente.

7 As categorias utilizadas pelos não indígenas são indígenas aldeados e desaldeados, porém, não representa o pensamento ancestral indígena, no qual afirma que não existe indígena sem aldeia; a aldeia nunca sai do ser

Potiguara. Eliane fez publicações de “poemas-pôster” e cartilhas mimeografadas com suas criações artísticas:

“A terra é a mãe do índio”, nossa primeira cartilha, não era bonita não. Capa branca com letras pretas. A gente fez assim para que as crianças pudessem usar lápis de cor. Foi essa a intenção. Não foi feita colorida para o editor gostar, foi feita para as crianças gostarem. Foi a editora do Grumin que publicou, e isso possibilitou que as crianças pudessem pintar em cima, interagir com aquela cartilha. Quando um avô dizia para a neta valorizar a dança do toré, criança, que ganhou aquela cartilha, ela lembrava que tinha o toré na sua comunidade, e podia pintar do jeito que a comunidade fazia. Foi aí que nasceu a primeira literatura indígena (POTIGUARA, 2019, p. 125).

Em 1980 é publicado o primeiro livro de autoria indígena, **Antes o mundo não existia** dos indígenas do povo Desana, Umúsin Panlôn Kumu e Tolamãn pela Livraria Cultura Editora⁸. Devido a várias questões do mercado editorial e do racismo estrutural que dificultou a inserção de escritoras indígenas e escritores indígenas como protagonistas de suas escritas e narrativas, houve um período de latência nas publicações até 1996.

O Cacique da Literatura Indígena como é chamado pelos seus parentes⁹, Daniel Munduruku publica seu primeiro livro, **Histórias de Índio** (1996) pela editora Companhia das Letrinhas. Publicar num grande selo editorial proporcionou a divulgação do livro para todo território nacional alcançando mais leitores. A partir dessa publicação de Daniel Munduruku começou a se delinear uma Literatura Indígena Brasileira Contemporânea. Segundo Graça Graúna (2013, p. 23):

A questão da especificidade da literatura indígena no Brasil implica um conjunto de vozes entre as quais o(a) autor(a) procura testemunhar a sua vivência e transmitir “de memória” as histórias contadas pelos mais velhos, embora muitas vezes se veja diferente aos olhos do outro [...]. Essa percepção da memória, da auto-história e da alteridade configura um dos aspectos intensificadores do pensamento indígena na atualidade [...].

Dos mais de 60 escritoras indígenas e escritores indígenas com livros literários

indígena, por isso, usamos o termo ‘em contexto urbano’.

8 O livro está disponível virtualmente, para ler, acesse: encurtador.com.br/uvHU9

9 As indígenas e os indígenas se chamam de “parente”, mesmo sendo de povos indígenas diferentes.

publicados no território nacional brasileiro, há uma estimativa de mais de 200 livros publicados¹⁰, sendo que Daniel Munduruku se destaca com 54¹¹ publicações em diferentes gêneros literários, seguido de Yaguarê Yamã com quase 30¹². A maioria das publicações são destinadas à infância, diferentemente dos povos ocidentais capitalistas, os povos ancestrais indígenas têm os seus alicerces nas crianças e nas anciãs e nos anciões. Todo o conhecimento e cultura ancestral é passado através das narrativas orais das anciãs e dos anciões para as crianças, nas aldeias tradicionais indígenas não existem instituições como creche e asilo. Sendo que todo o espaço é educativo e permeado por narrativas, e como foi apresentado pelo xamã do Povo Yanomami, Davi Kopenawa Yanomami em **A queda do céu**, também não há a separação entre 'realidade' e 'fantasia' como nós não indígenas categorizamos e separamos.

Mesmo a infância sendo extremamente importante e valorizada, as escritas literárias indígenas também transitam entre outros gêneros literários, como: romance, cordel, poesia, contos e crônicas. Apresento alguns dos gêneros e suas escritoras e seus escritores: Auritha Tabajara, a primeira cordelista indígena tem publicado **Coração na aldeia, pés no mundo** (2018); Márcia Wayna Kambeba seu primeiro livro publicado foi de poesia, **Ay Kakyri Kama** (2013); Ytanajé Coelho Cardoso, do Povo Munduruku, tem publicado seu primeiro romance **Canumã** (2019); filósofo e escritor Olívio Jekupé, do Povo Guarani, tem contos publicados em **As queixadas e outros contos guaranis** (2013); Daniel Munduruku escreve em diferentes gêneros a sua última publicação são crônicas, **Crônicas Indígenas** (2021). Há inúmeras outras escritoras e inúmeros outros escritores, esses são apenas alguns de um universo de escritas indígenas cada vez mais vasto.

2.2 PESQUISAS SOBRE AS ESCRITAS INDÍGENAS

Um dos primeiros trabalhos acadêmicos divulgados em formato de livro sobre a Literatura Indígena, no campo da Literatura, foi a pesquisa de Maria Inês de Almeida, em **Desocidentada** (2009). Apesar da pesquisa ser com os relatos das experiências dos professores

10 Sobre Literatura indígena e sobre as produções, veja o vídeo de Daniel Munduruku: https://www.youtube.com/watch?v=ixkX2e_aDQQ

11 Neste ano de 2021, Daniel Munduruku irá completar 25 anos de carreira como escritor e está preparando um livro especial com previsão de publicação ainda neste ano.

12 Devido a não reedição e reimpressão de alguns livros que estão esgotados nas editoras, dificultando o mapeamento da quantidade exata das publicações. Nesta reportagem disponível virtualmente: encurtador.com.br/vwW69, traz o dado aproximado de 'quase 30' publicações.

indígenas em Minas Gerais, a autora desenvolve um pensamento sobre o ensino e a escrita, que, antes de constituir um método, demonstra uma poética, não é exatamente sobre o que hoje está sendo chamado de Literatura Indígena. A perspectiva central da pesquisa é o fazer literário a prática da 'letra-se' abre como possibilidade de diálogo intercultural. Não entrarei nas problemáticas referente a pesquisa, mas trago somente para pontuar e apresentar brevemente no âmbito acadêmico o que está sendo produzido.

Outra pesquisa acadêmica, **Pele silenciosa e pele sonora** (2012), de Janice Thiél. Este livro, destinado à formação continuada dos professores do ensino médio, propõe caminhos de leitura de obras das literaturas indígenas brasileira e das Américas. Janice Thiél traça algumas características e panoramas sobre os povos indígenas e da Literatura Indígena. Apresenta brevemente o contexto cultural indígena, as especificidades de sua produção literária e descobrirá reflexões sobre as identidades indígenas construídas por indígenas e não indígenas ao longo de séculos. Além das discussões propõe atividades criadas para a inserção de obras indígenas na sala de aula.

Saliento, que as duas autoras, Maria Inês de Almeida e Janice Thiél, não são indígenas e escrevem a partir da cultura ocidental e não da ancestral indígena. Há com certeza questões importantíssimas para os estudos da Literatura Indígena, algumas questões carecem de mais problematização. Pois, os povos indígenas ainda nessas perspectivas aparecem como objetos de estudo, no qual, as análises são sobre eles, e não com eles.

Continuando no campo das discussões teóricas da Literatura Indígena, Graça Graúna do povo potiguara, com a sua tese de doutorado em Literatura que virou livro **Contrapontos da Literatura Indígena contemporânea no Brasil** (2013), pesquisando sobre textos literários de autoria indígena, abre uma zona de contato onde a oralidade e as escritas indígenas constituem um hífen enquanto fissura e fusão, que suplementa e subverte o discurso monocultural do cânone crítico-literário.

Nesses termos, uma coisa é afirmar que uma pessoa não tem cultura (ignorar sua existência) e outra coisa é reconhecer que as sociedades tradicionais sofreram o impacto a partir da chegada do sujeito dominante. É possível dizer dentro da percepção indígena que o índio não deixa de ser ele mesmo em contato com o outro (o não índio), ainda que o(a) indígena more numa cidade grande, use relógio e jeans, ou se comunique por um celular; ainda que uma parabólica pareça, ao outro, um objeto estranho ou incompatível com a comunidade indígena; ainda que nos deparemos com o indígena nos caminhos da internet, em

plena construção de aldeias (aparentemente) virtuais; mesmo assim, a indianidade permanece, porque o índio e/ou a índia, onde quer que vá, leva dentro de si a aldeia. Os que ficam sabem que vão junto, no sangue do parente, na pele, na consciência, no cotidiano da história e da memória do parente que não deixa de ser e/ou reconhecer-se filho legítimo pelo amor à terra. Portanto, diferente do outro (o não índio). Essas questões são claramente expostas por Daniel Munduruku, Ailton Krenak, Marcos Terena, Darlene Taukane e Renê Kithäulu, entre outros pensadores indígenas (GRAÚNA, 2013, p.59).

Graça Graúna se propõe a estudar um conjunto de obras de autores da literatura indígena contemporânea, com base nos estudos culturais, propondo uma ‘leitura das diferenças’. Assim, sua abordagem não apenas confronta a atual produção literária indígena no território nacional com a produção não indígena, mas também busca discutir a relação daquela com conceitos como os de identidade, auto-história, deslocamento, alteridade e outros, numa abordagem, no qual se assenta na ‘transversalidade’.

Graça Graúna (2013) afirma, a literatura indígena no Brasil continua sendo negada, da mesma forma que os próprios povos indígenas, apesar da luta em favor deles, desde a década de 1970, pela União das Nações Indígenas (UNI); da inclusão dos direitos dos índios na Constituição de 1988; do surgimento, nos anos 1990, do Conselho de Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil (Capoib) e outros.

Segundo Graça Graúna (2013, p. 172):

Reconhecer a propriedade intelectual indígena, implica respeitar as várias faces de sua manifestação. Isso quer dizer que a noção de coletivo não está dissociada do livro individual de autoria indígena; nunca esteve, muito menos agora com a força do pensamento indígena configurando diferenciadas(os) estantes e instantes da palavra. Ao tomar o rumo da escrita no formato de livro, os mitos de origem não perdem a função nem o sentido, pois continuam sendo transmitidos de geração em geração, em variados caminhos: no porantim, no traçado das esteiras e dos cestos, na feitura do barro, na pintura corporal, nas contas de um colar, na poesia, na contação de histórias e outros fazeres identitários que os Filhos e as Filhas da Terra utilizam como legítimas expressões artísticas, ligando-as também ao sagrado.

A Literatura Indígena sempre existiu, antes, durante e após a eterna invasão e do ‘contato’ de 1500, o que estamos presenciado na atualidade é a ‘captura’ de um instrumento de poder e dominação ocidental, sendo transformado nas mãos indígenas em instrumento de

resistência e de luta pelos direitos indígenas.

Existem outros trabalhos acadêmicos como dissertações e teses sobre a Literatura Indígena e/ou obras específicas, com diferentes perspectivas, algumas trazem os povos indígenas como objeto de estudo, em outros, como deveriam ser, são os protagonistas dos estudos. É preciso realizar o mapeamento sobre as produções sobre a Literatura Indígena e investigar como estão sendo problematizadas e apresentadas.

2.2.1 Divulgação da Literatura Indígena

Sobre as publicações e divulgação de livros indígenas, cada vez mais, as indígenas e os indígenas estão optando por montar suas próprias editoras. Neste momento há três editoras idealizadas por indígenas, a saber: a UK'A editorial¹³, a Grumin e a editora Pachamama. Existe uma livraria virtual especializada em Literatura Indígena que tem parceria com Daniel Munduruku, a Livraria Maracá¹⁴.

A outra via alternativa utilizada pelas escritoras indígenas e pelos escritores indígenas é a publicação de **e-books**, a venda acontece diretamente com os leitores, sem intermédio das editoras e livrarias, que têm os seus prós e contras. Quando o livro é publicado numa grande editora acaba tendo mais destaque e alcance por ser vendido praticamente em todas as livrarias físicas e virtuais. Vendendo diretamente ao leitor acaba tendo um alcance menor, precisando criar outras estratégias, mas, o lucro acaba sendo mais rentável, maior que a média dos 10% pagos pelas editoras em direitos autorais.

Anualmente é realizado pelo Instituto UK'A - Casa dos Saberes Ancestrais em parceria com a FNLIJ, o Encontro de Escritores Indígenas. A programação do evento faz parte do "Seminário Bartolomeu Campos de Queirós" e vem sendo realizado anualmente durante o Salão FNLIJ do Livro para Crianças e Jovens desde sua primeira edição em 2004. Em seus primeiros anos, o evento foi organizado pelo Inbrapi por meio do NEArIn. O Encontro de Escritores e Artistas Indígenas visa promover o incentivo à leitura e produção literária de povos ancestrais indígenas, a Literatura Indígena.

13 Respectivamente os idealizadores: Daniel Munduruku; Eliane Potiguara; Aline Rochedo Pachamama.

14 Para conhecer a primeira livraria especializada em Literatura Indígena, clique: <https://www.livrariamaraca.com.br/>

3. ESCRITAS DAS MULHERES INDÍGENAS

As escritoras indígenas tomam posse da escrita para apresentar as suas perspectivas e modos de viver, pensar e de ser mulher indígena. As próprias mulheres indígenas, com as suas memórias e experiências, tomam a palavra e colocam no papel o que até então ficava somente na oralidade e, assim, podendo ser tornar ‘visíveis’ para a sociedade contemporânea.

Podem se tornar visíveis, mas será que são? Inscrita nos Estudos Subalternos, a autora indiana radicada nos EUA Gayatri Chakravorty Spivak [1985 (2010)]¹⁵ em **Pode um Subalterno Falar?**, mobiliza principalmente os teóricos europeus Marx, Foucault e Deleuze. O sujeito subalterno na definição de Spivak [1985 (2010)] é aquele pertencente às camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante. Exemplificando seu argumento Spivak [1985 (2010)] demonstra por meio da história de uma viúva, duplamente impedida de se autorrepresentar, primeiro por ser mulher e segundo por sua condição de viuvez:

Nessa leitura, o suicídio de Bhuvanewari Bhaduri é uma reescrita subalterna, *ad hoc*, não empática, do texto social do suicídio sati tanto quanto o é o relato hegemônico da resplandecente, lutadora e familiar Durga. As possibilidades discordantes que emergem desse relato hegemônico da mãe lutadora estão bem documentadas e são popularmente bem lembradas pelo discurso dos líderes e participantes masculinos do movimento pela independência. O subalterno como um sujeito feminino não pode ser ouvido ou lido (SPIVAK, 2010, p. 163).

A autora sustenta que esta situação de marginalidade do subalterno é mais arduamente imposta ao gênero feminino, posto que a mulher como subalterna, não pode falar e quando tenta exercer não encontra os meios para se fazer ouvir:

No contexto do itinerário obliterado do sujeito subalterno, o caminho da diferença sexual é duplamente obliterado. A questão não é a da participação

15 O artigo de Spivak foi publicado primeiramente em 1985 no periódico *Wedge* e ganhou tradução e publicação para o português apenas em 2010 pela editora da UFMG.

feminina na insurgência ou das regras básicas da divisão sexual do trabalho, pois, em ambos os casos, há “evidência”. É mais uma questão de que, apesar de ambos serem objetos da historiografia colonialista e sujeitos da insurgência, a construção ideológica do gênero mantém a dominação masculina. Se, no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade (SPIVAK, 2010, p.85).

E quando encontra meios para falar, não encontra mecanismos para se fazer ouvir, seja por meio da música, escrita literária ou qualquer outro meio artístico ou acadêmico, se deparam com as barreiras impostas como o racismo estrutural, misoginia e xenofobia. Mesmo a escrita sendo um instrumento de prestígio e valor na sociedade colonizadora, ainda assim, sua utilização não garante que as mulheres sejam ouvidas e lidas, e ainda pior quando são escritas indígenas. Há pelo menos 25 escritoras indígenas contemporâneas no território nacional brasileiro com livros publicados em diferentes editoras e gêneros literários, e mesmo assim, passam quase ‘despercebidas’ pela maioria do público leitor de literatura.

3.1 ONTOLOGIA DA MULHER INDÍGENA

A socióloga argentina María Lugones inscrita na abordagem Decolonial em “Colonialidade e gênero” investiga a intersecção entre raça, classe, gênero e sexualidade. Segundo Lugones (2020) existe um sistema moderno e colonial eurocêntrico de gênero que ignora as categorias de raça e classe, nas quais as ‘mulheres de cor’ sofrem de indiferença. Lugones comenta (2020, p. 55), a partir das análises sobre a intersecção de raça e gênero em termos estruturais amplos elaboradas pelo sociólogo peruano Aníbal Quijano:

Quijano entende que o poder está estruturado em relações de dominação, exploração e conflito entre autores sociais que disputam o controle dos “quatro âmbitos básicos da vida humana: sexo, trabalho, autoridade coletiva e subjetividade/intersubjetividade, seus recursos e seus produtos”. O poder capitalista, eurocêntrico global está organizado, precisamente, sobre dois eixos: a colonialidade do poder e a modernidade (...).

Segundo Lugones (2020), Quijano aceita o entendimento capitalista, eurocêntrico e

global sobre o gênero, no entanto, mantém velada a compreensão de que as mulheres colonizadas, não brancas, foram subordinadas e destituídas do poder.

Nesse sistema, existem os humanos: o homem branco, que é o detentor da razão e inteligência; a mulher branca, que é reprodutora da dominação colonial e da mentalidade dominante. E os não-humanos: os negros e indígenas. As indígenas e as negras não estão representadas nem na categoria universal de ‘mulher’, nem nas categorias indígena e negro. Consequentemente não sendo possível fazer uma interseccionalidade dessas categorias, de forma que não existe ‘mulher negra’, nem ‘mulher indígena’, sendo necessária outra classificação que seja especificamente representativa. Nesse ponto Lugones problematiza uma questão que não está presente na interseccionalidade de Quijano e também em Kimberlé Crenshaw¹⁶. Podemos compreender a questão levantada por Lugones (2020) na fala de Mônica Cristina Aruaque publicada no livro de Aline Rochedo Pachamama (2018, p. 37).

Eu também venho do movimento social. Eu participo. A gente percebe que muitas das vezes a fala do homem é muito mais valorizada do que a fala de uma mulher. **Ao homem é dado o direito de falar o quanto ele quiser e às vezes ele repete as coisas que uma mulher falou**, mas as pessoas vão valorizar porque um homem falou. A gente, muitas vezes, é culpada e responsabilizada por tudo. Até porque todas as responsabilidades e todas as cargas são colocadas em cima de nós mulheres **e a gente acaba fazendo tudo por essa sociedade, mas, quem leva os louros, a fama, são os homens**. Na maioria das vezes, a gente, que tem nosso trabalho e que não é dentro de casa, inclusive o trabalho de casa não é valorizado, mas, lá fora, a gente também não tem os mesmos salários que os homens.

Essa luta de liberdade, de formação, de conscientização da mulher indígena, tem que ser protagonizada por nós mulheres. E a mulher indígena é muito mais invisibilizada ainda. A mulher indígena não existe nessa sociedade. A mulher indígena é completamente sozinha em relação à sociedade. Sozinhas, enquanto sociedade (grifo da autora).

Visto que para Lugones não existem as categorias ‘mulher indígena’ e ‘mulher negra’, pensando nisso numa perspectiva diacrônica podemos afirmar a inexistência da ontologia da ‘mulher negra’ e da ‘mulher indígena’. Entender como esses mecanismos de indiferenças se articulam é um passo significativo para converter a lógica e haver o reconhecimento das ‘mulheres de cor’ numa direção libertária (LUGONES, 2020).

16 A autora é considerada a pioneira nos estudos sobre a interseccionalidade, mas na perspectiva de Lugones, Crenshaw mobiliza a intersecção sem questionar a categoria ‘mulher negra’.

Para os envolvidos em lutas libertadoras, como denomina a Lugones, é preciso pensar também na nossa historiografia e literatura, sempre repensar e eternamente problematizar os nossos constructos teóricos, procurar por fontes e leituras que nos permitam alcançar essa direção libertária e possibilitem a apresentação de contranarrativas. As ‘mulheres de cor’ sofreram e sofrem pela indiferença do homem e da academia, precisa ser sempre assim? Ou podemos ressignificar a ontologia das mulheres de cor?

3.2 LITERATURA INVISÍVEL OU LITERATURA INCONCEBÍVEL?

“Num apagamento histórico, Me perguntam como é que eu cheguei aqui, A verdade é que eu sempre estive¹⁷”. As mulheres indígenas e homens indígenas sempre estiveram nesse território, são pertencentes aos povos ancestrais originários. Sempre tiveram e mantiveram as suas culturas e bem-viver, na contemporaneidade estão usando instrumentos ocidentais da colonização como as artes e leis como mecanismos de resistências, e se deparam com inúmeros entraves.

Um dos entraves está inclusive nos cursos de graduação de licenciaturas, especialmente em Letras¹⁸. Mesmo tendo a Lei 11.645/2008 que torna obrigatório o estudo da História e Cultura Afro-brasileira e Indígena nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, e específica: “em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras” (BRASIL, 2008), não temos disciplinas obrigatória tanto sobre linguística e literatura indígena quanto africanas e afrobrasileiras no curso de Letras Portugêses da UFSC. Como os futuros professores da educação básica irão seguir a lei se não tiveram formação na graduação?

A universidade tem um papel social crucial e além do mais, é lei! E não é qualquer lei! A lei foi elaborada por meio de lutas e reivindicações dos movimentos sociais, intelectualidade acadêmica e, mais ativamente do Movimento Negro e posteriormente do Movimento Indígena. O que percebemos na atualidade é o seu esvaziamento, por não ser aplicada efetivamente, problematizada e implantada nos currículos, principalmente de todas as Licenciaturas. Ressalto o que as Diretrizes Operacionais da Lei 11.645/2008 trazem especificamente sobre a Educação

17 Trecho da música de Kaê Guajajara, Território Ancestral (2019). Essa música é homônima e dialoga com uma poesia de Márcia Wayna Kambeba, fortalecendo a letra e voz das mulheres indígenas.

18 Os cursos de História já implantaram a Lei 11.645/2008.

Superior:

Importa destacar, ainda, que a inserção dos conteúdos referentes a essa temática nos currículos das instituições de Educação Básica tem rebatimentos diretos na Educação Superior, principalmente nos cursos destinados à formação de professores, bem como na formação de outros profissionais ligados ao desenvolvimento educacional e cultural (BRASIL, 2016, p. 04).

Quando a universidade negligencia uma lei e não coloca nos seus currículos, principalmente de licenciaturas, disciplinas obrigatórias com as temáticas sobre os indígenas e afro-brasileiros, não está na luta por uma educação anti-racista e muito menos sendo um instrumento institucional de relevância para um Estado de Direito.

Durante meu percurso como acadêmica do curso de Letras Português na UFSC, não tive nenhuma disciplina sobre linguística ou literatura indígena. Nem mesmo nas disciplinas que trazem temas como as Literaturas Invisíveis, as escritoras indígenas e os escritores indígenas aparecem. Ressalto, narrativas com indígenas não são Literaturas Indígenas, muito longe disso, são narrativas indianistas românticas e/ou indianistas ideológicas¹⁹. Enfim, a Literatura Indígena é invisível ou inconcebível? Como pertencentes a uma sociedade nacional brasileira não indígena, por que apagamos e silenciemos essas vozes, essas vidas? Proponho a reflexão, porque ainda não sei exatamente as respostas para essas indagações que são inquietações.

Além das reformulações dos currículos, se faz necessário problematizar as abordagens e constructos teóricos começando por questionar as concepções e padrões ocidentais quando estamos pesquisando povos ancestrais indígenas. Afinal, os povos indígenas não são ocidentais e ‘civilizados’, e a maioria faz questão de não sê-los. Por esse caminho, a partir das problematização das epistemologias e aplicação efetiva da Lei 11.645/2008, as escritas indígenas serão instrumentos de resistências e não somente uma mudança estética e de apreciação de um pequeno grupo.

Existem inúmeras propostas teórica e metodológicas, além das Diretrizes Operacionais, que auxiliam na problematização e na implementação da Lei 11.645/2008, para construir uma sociedade democrática e anti-racista. Para isso, é necessário conhecer os povos indígenas, povos africanos e afro-brasileiros numa perspectiva do diálogo intercultural crítica.²⁰ Para que a

19 Para saber mais sobre essa conceituação, leia: O ato de educar-se de Daniel Munduruku.

20 Ver os constructos teóricos de Catherine Walsh sobre Interculturalidade crítica.

sociedade nacional, principalmente branca, dialogue com os povos indígenas e povos africanos e afro-brasileiros e não continuem falando e escrevendo sobre esses povos, dos quais não conhecem; ou conhecem muito pouco, e geralmente de uma forma deturpada.

Sobre as questões indígenas e na perspectiva de justiça social a pesquisadora maori Linda Tuhiwai Smith em **Descolonizando metodologias** (2018), fornece uma base de conceituação e metodológica, na qual privilegia as vozes indígenas e possibilita a desconstrução e construção de narrativas com as perspectivas indígenas sobre as suas escritas. Smith (2018) se dedica a tratar de alguns dos problemas que atualmente são debatidos pelas comunidades indígenas, os quais se referem às nossas prioridades e problemas. Apresenta vinte e cinco projetos indígenas articuladas e elaboradas em um contexto de resistência a novas formas de colonização e que exigem a compreensão dos modos de formular perguntas e de buscar respostas para as nossas próprias preocupações, no qual, a pesquisa não é um exercício acadêmico inocente ou distante, mas uma atividade social e necessária.

Temos Lei, Diretrizes Operacionais, Teorias, Metodologias, Trabalhos Acadêmicos, Literatura, Povos Indígenas e Povos Afro-brasileiro, só falta implementação e prática.

4. METADE CARA, METADE MÁSCARA

Perante as emergências de vozes atuais que apresente contranarrativas dos povos indígenas e da ontologia da mulher indígena, uma destas vozes significativas e fortes dentro do contexto indígena é Eliane Potiguara²¹. Ganha destaque ao utilizar a literatura como instrumento de resistência às inúmeras imposições de silenciamento e apagamento feitas às mulheres indígenas ao longo da história. A sua produção literária que iniciou na década de 70 com poema-poster seguiu em contramão ao pensamento de uma raiz única do ocidente, imposta pelos colonizadores e absorvida pelos colonizados.

Eliane Potiguara é conselheira do Instituto Indígena de Propriedade Intelectual - INBRAPI, coordenadora da Rede de Escritores Indígenas na Internet e do Grumin²². Foi

21 Para conhecer mais sobre Eliane Potiguara, veja seu site e blog. Disponíveis [respectivamente] em: < <http://www.elianepotiguara.org.br> > e < <http://elianepotiguara.blogspot.com/> > Acesso em: 10 de outubro de 2020.

22 Surgiu filosoficamente em 1979, tomou corpo físico a partir de 1982 e formalizou-se juridicamente em 1987. Para saber mais sobre o projeto e editora, visite o site. Disponível em:

indicada, pelo seu trabalho como ativista, como representante do Brasil na campanha “Mil Mulheres Para o Prêmio Nobel da Paz 2005”. Foi nomeada uma das 10 mulheres do ano em 1988, pelo Conselho das Mulheres do Brasil, por ter criado o Grumin. Participou, durante anos, da elaboração da “Declaração Universal dos Direitos Indígenas”, na Organização das Nações Unidas - ONU em Genebra.

Figura 02 - Eliane Potiguara



Fonte: <http://www.elianepotiguara.org.br/>

Com a indicação de Daniel Munduruku à editora Global, Eliane Potiguara conseguiu ter seu livro publicado **Metade cara, metade máscara** em 2004. O livro vendeu bem e a edição esgotou, mesmo assim, a editora optou por ‘abrir mão’ dos direitos e não editar mais o livro. A segunda edição saiu em 2018 pela UK’A editorial, editora idealizada por Daniel Munduruku, novamente os livros esgotaram. Em 2019 sai a terceira edição revisada pela editora idealizada por Eliane Potiguara, a Grumin. Esse é um pequeno exemplo dos caminhos sinuosos das publicações livros no Brasil, mesmo sendo um livro ‘bem vendido’, devido aos problemas relacionados às editoras e ao mercado de livros.

A escolha por apresentar **Metade Cara, Metade Máscara**, se deve tanto pelo teor estético da escrita literária quanto como os assuntos sobre os povos indígenas e mulheres indígenas estão apresentadas e representadas. Importante ressaltar, o livro é difícil de ser enquadrado num gênero específico, porque há relatos, crônicas e poesias no mesmo capítulo, e mesmo a autora ter separado por temas os sete capítulos acabam estando interligados. Menciono que há relatos pessoais da autora juntamente com poesias, relatos sobre mulheres indígenas,

<http://www.grumin.org.br/historico.htm>. Acesso em: 10 de janeiro de 2020.

homens indígenas e povos indígenas. Como não há separação entre o ‘real’ e ‘fantástico’ na maioria dos povos ancestrais indígenas, a narrativa de Eliane Potiguara parece seguir essa lógica ancestral, por isso, nas apresentações sobre os capítulos do livro irá aparecer citado o nome Eliane Potiguara em meio das personagens Jurupinga e Cunhataí, pois é assim, que está apresentado no livro: a relação do ‘real’ & ‘fantástico’.

Eliane Potiguara dedica o livro à sua falecida avó Maria de Lourdes e relata brevemente a sua trajetória de vida, aos seus filhos, à sua mãe e a todos os parentes indígenas. Na dedicatória o breve relato da vida com imagem de Maria de Lourdes conta que: a mulher indígena que teve seu pai desaparecido no início do século XX por ação colonizadora no estado da Paraíba, assim, ela e suas três irmãs adolescentes migraram compulsoriamente das suas terras, “sacrificando-se, como outras mulheres indígenas anônimas” (POTIGUARA, 2019, p. 5).

Figura 03 - Maria de Lourdes (avó de Eliane Potiguara)



Fonte: (POTIGUARA, 2019, p. 08)

A apresentação do livro foi escrita por Ailton Krenak e intitulada “Uma terra que grita - a escrita de Eliane Potiguara”. O prefácio foi realizado por Liane Schneider, e os “Outros escritos” por Julie Dorrico e Ana Paula da Silva. Faço uma sutil apresentação dos sete capítulos e dos seus temas centrais, sem esgotar as possibilidades de leituras, análises, ‘usos’ acadêmicos, de lutas feministas de mulheres de cor, das lutas dos povos indígenas e obviamente da Literatura Indígena. Os subcapítulos a seguir são os nomes dos capítulos do livro **Metade cara, metade máscara.**

4.1 INVASÃO ÀS TERRAS INDÍGENAS E A IMIGRAÇÃO

Neste capítulo a autora dedica à Maria, esposa do líder indígena guarani Sepé Tiaraju no século XVIII, por representar “o início da solidão das mulheres motivada pela violência e pelo racismo” (POTIGUARA, 2019, p.21). Na abertura do texto Eliane Potiguara apresenta as duas personagens, Jurupinga e Cunhataí, que irão percorrer e costurar as narrativas ao longo do livro. As duas personagens, mulheres indígenas, são apresentadas na abertura dos capítulos, no qual Eliane Potiguara irá apresentar e aprofundar esses temas e outros tendo como princípios a ancestralidade indígenas e as múltiplas violências sofridas pelos povos indígenas no território nacional brasileiro ao longo do ‘contato’ iniciado em 1500.

O cerne do capítulo é a separação de Jurupinga e Cunhataí, a narrativa inicia com relato e dados sobre as famílias indígenas que foram destituídas pelas invasões estrangeiras tanto no passado quanto no presente e possivelmente no futuro. Eliane Potiguara (2019, p. 23), afirma que:

Durante o processo de escravidão indígena, muitos pais e famílias realizavam o suicídio em massa contra essa forma de opressão. Despercebiam dos penhascos. Isso era um **ato de resistência**. Então, percebemos que muitas famílias sofreram a separação, e é a esse enfoque que nos reportamos. Entre as causas da separação das famílias estão a **violência aos territórios imemoriais dos povos indígenas** e a **migração compulsória**. Isso provocou insegurança familiar, distúrbios, **medo e pânico**, causando **loucura violências interpessoais suicídios, alcoolismo, timidez e a baixa autoestima** diante do mundo. Tudo isso motivado pelo racismo contra povos indígenas e em prol da colonização europeia. E mais: a destruição dos **cemitérios sagrados** dos povos indígenas, que representam uma forte referência cultural, fez com que famílias perdessem definitivamente o elo com seus ancestrais, causando a desintegração cultural e espiritual (grifos nossos).

Por meio das histórias pessoais entrelaçadas na coletividade,²³ Eliane Potiguara relata tanto acontecimentos familiares e os dos seus parentes indígenas e fundamenta seus argumentos expostos na citação acima, como o sentimento de timidez, baixa autoestima e todas as outras

23 Essa talvez seja a característica mais marcante da escrita de Eliane Potiguara, em todos os capítulos não há uma separação dos relatos vivenciados por ela, por sua família e pelas famílias dos seus parentes indígenas, é um entrelaçado bem alinhado entre o individual e o coletivo.

violências que vão sendo 'incorporadas' pelos pertencentes aos povos indígenas. Sobre mulheres indígenas escreve:

Sobre as mulheres indígenas, a violação aos seus direitos humanos as tem conduzido às mãos de homens corruptos que as seduzem por um prato de comida, por programas ou eventuais promessas, que confundem esse universo feminino, pois essas mulheres têm valores e tradições totalmente diferentes do mundo urbano, envolvente e masculino. Temos como exemplo o caso de algumas mulheres indígenas Yanomami (Roraima), que, há mais de duas décadas, são conduzidas à prostituição, lubibriadas por soldados e comerciantes (POTIGUARA, 2019, p. 29-30).

Devido à falta das Demarcações de Terras Indígenas, mesmo tendo o direito garantido pela Constituição de 1988; à falta de proteção nas TI's - Terras Indígenas que são invadidas por madeireiros, posseiros, garimpeiros e fazendeiros; a destruição da natureza que deixam os povos indígenas sem condições de tirar os seus proventos. A imigração compulsória para a cidade acaba sendo quase inevitável, e as condições que a sociedade nacional oferece para as mulheres indígenas relatada por Eliane Potiguara, a prostituição e/ou trabalho doméstico análogo a escravidão que também são alvos de violências físicas, psicológicas e sexuais.

Neste capítulo a autora encerra com onze poesias, selecionei a primeira “Brasil” (POTIGUARA, 2019, p.32) por trazer elementos para a nossa história:

Que faço com a minha cara de índia?

E meus cabelos
E minhas rugas
E minha história
E meus segredos?

Que faço com a minha cara de índia?

E meus espíritos
E minha força
E meu Tupã
E meus círculos?

Que faço com a minha cara de índia?

E meu Toré
E meu sagrado

E meus “cabocos”
E minha Terra?

Que faço com a minha cara de índia?

E meu sangue
E minha consciência
E minha luta
E nossos filhos?

Brasil, o que faço com a minha cara de índia?

Não sou violência
Ou estupro

Eu sou história
Eu sou cunhã
Barriga brasileira
Ventre sagrada
Povo brasileiro.
Ventre que gerou
O povo brasileiro

Hoje está só...
A barriga da mãe fecunda
E os cânticos que outrora cantavam
Hoje são gritos de guerra
Contra o massacre imundo.

Somente com este questionamento “Brasil, o que faço com a minha cara de índia?” já dá indícios para escrever uma tese, mas chamo a atenção para os seguintes versos: “Não sou violência” / “Ou estupro”. As narrativas historiográficas sobre “Pega no laço” são de certo modo importantes para evidenciar as violências que o contato dos ocidentais trouxeram as mulheres indígenas, como na música já apresentada de Kaê Guajajara, contudo, é problemático como apontam as mulheres indígenas que fiquem somente nessa narrativa.

Não há mulher indígena “pega no laço”! Há a mulher indígena que foi e é ameaçada, capturada, violentada, escravizada. Ela é a representação de uma luta silenciosa, que perdura há séculos. Não somos fósseis, objeto de estudo, objeto sexual a ser corrompido por pensamentos religiosos, que não são os nossos. Somos a Existência (PACHAMAMA, 2018, p.11; grifo da autora).

Sobre a palavra ‘índia’ usada por Eliane Potiguara, como também na estrofe da epígrafe,

e no trecho de abertura do TCC, aparece esse ‘apelido’ nas narrativas das mulheres indígenas. Importa mencionar, o posicionamento da autora:

Índio não existe, isso é um nome que o português utilizou para nos chamar a até hoje as pessoas nos chamam de índio. Mas nós somos nações. O Brasil não poderia ser uma nação pluriétnica? Nós somos pluriétnicos, porque nós temos várias nações indígenas, várias línguas indígenas, nós somos povos indígenas. Mas essa ideia sempre foi vista como um absurdo para o governo brasileiro (POTIGUARA, 2019, p. 137).

A menção ao governo brasileiro é devido às discussões para a elaboração da Constituição Cidadã de 1988, no qual os indígenas foram os Protagonistas²⁴ e os Direitos conquistados ficou conhecido e nomeado como “Capítulo do Índio”. Pela sociedade nacional não indígena utilizar o “apelido”, as indígenas e os indígenas acabam utilizando quando estão direcionando as suas vozes para sociedade não indígena.

Essa é a questão crucial trazida pelas vozes das mulheres indígenas, é preciso outras narrativas e contranarrativas. Afinal, “Eu sou história”/ “Eu sou cunhã” / “Barriga brasileira” / “Ventre sagrada” / “Povo brasileiro” / “Ventre que gerou” / “O povo brasileiro”. Eliane Potiguara é mulher indígena em contexto urbano que tem contato com povos indígenas ditos ‘desaldeados²⁵’, aldeados na floresta e aldeados no centros urbanos, menciono isso, porque para Eliane não há problemas com a ideia dos povos indígenas serem também o ‘povo brasileiro’, essa concepção não é pensamento hegemônico entre todos. Carece mais pesquisas para poder afirmar, mas a partir das evidências que tenho contato, os povos e pessoas com mais contato com a sociedade nacional ressignificam o conceito ‘brasileiro’ e de ‘Brasil’. Para os povos aldeados em floresta que têm menos contato com a sociedade nacional, não há ressignificação, porque eles são “Outros”²⁶ e não pertencem a ideia de uma identidade de estado-nacional, só estamos próximos por questões geográficas e imposição na nossa cultura sobre a deles.

24 Há um documentário **Índio cidadão?** O diretor Rodrigo Siqueira (indígena) apresenta a Assembleia Nacional Constituinte (1987-88) e articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) no Congresso Nacional em 2013.

25 ‘Desaldeados’ é uma categoria dos não indígenas para referir as indígena que vivem em contexto urbano. Para os povos indígenas, não existe indígena ‘desaldeado’, a aldeia nunca sai do ser indígena.

26 Essa questão levantada por mim, tem subsídios em *A queda do céu* de Davi Kopenawa Yanomami e Bruce Albert.

4.2 ANGÚSTIA E DESESPERO PELA PERDA DAS TERRAS E PELA AMEAÇA À CULTURA E ÀS TRADIÇÕES

A dor e a revolta de Juripiranga e Cunhataí são os elementos que dão o tom no capítulo. O entrelaçamento de estilos e gêneros literários²⁷, sendo, os temas centrais dos relatos: migração, racismo, branquitude, religião, demarcação, mortes e sempre a resistência. Além dos relatos crônicos há treze poesias sobre diversos temas e dedicatórias. Com o foco nas mulheres indígenas destaco a seguinte passagem:

Com relação à cultura indígena, a mulher é uma fonte de energias, é intuição, é a mulher selvagem não no sentido primitivo da palavra, mas selvagem como desprovida de vícios de uma sociedade dominante uma mulher sutil, uma mulher primeira, um espírito em harmonia, uma mulher intuitiva em evolução para com sua sociedade e para com o bem-estar do planeta Terra. Essa mulher não está condicionada psicológica e historicamente a transmitir o espírito de competição e dominação segundo os moldes da sociedade contemporânea. O poder dela é outro. Seu poder é o conhecimento passado através dos séculos e que está reprimido pela história. A mulher, intuitivamente, protege os seios e o ventre contra seu dominador e busca forças nos antepassados e nos espíritos da natureza para a sobrevivência da família. Todos esses aspectos foram mais preservados do que no homem (POTIGUARA, 2019, p. 46).

Notável a reivindicações e questionamento da historiografia tradicional sobre os povos indígenas e principalmente as mulheres indígenas. Ao mesmo tempo que reivindica a História, a autora conta a sua versão da História, como também ressignifica a palavra ‘selvagem’, se coloca a parte dos moldes da sociedade contemporânea e evidenciando a mulher.

A perda das Terras Indígenas colocam as suas culturas e vidas em perigo iminente. A ancestralidade está diretamente relacionada com a relação que estabelecem com a natureza como as suas subsistências. Deixar os povos indígenas sem as suas terras é continuar na atualidade com genocídio e etnocídio que a invasão trouxe em 1500 para a terra hoje chamada Brasil.

4.3 AINDA A INSATISFAÇÃO E A CONSCIÊNCIA DA MULHER INDÍGENA

27 Mistura tendo como parâmetro as nossas produções literárias e acadêmicas, carece e mereceria um olhar mais atento sobre a relação da estrutura da escrita com as culturas indígenas.

Capítulo com poucos relatos crônicos e muito mais poesia e inicia com a revolta e desespero de Cunhataí. Eliane Potiguara chama nossa atenção ao fato além das violências como o genocídio e etnocídio, o contato do colonizador fez com que alguns indígenas se contaminassem pelo poder dos colonizadores trazendo o vislumbre pelo materialismo, e se afastando da ancestralidade. Trago a poesia “O segredo das mulheres” (POTIGUARA, 2019, p. 75).

À amada tia Severina, índia Potiguara,
grande anciã guerreira que muito me incentivou e
me amou com a força da mulher indígena.

No passado, nossas avós falavam forte
Elas também lutavam
Aí, chegou o homem branco mau
Matador de índio
E fez nossa avó calar
E nosso pai e nosso avô abaixarem a cabeça.
Um dia eles entenderam
Que deviam se unir e ficar fortes
E a partir daí eles lutaram
Para defender sua terra e cultura.
Durante séculos
As avós e mães esconderam na barriga
As histórias, as músicas, as crianças,
As tradições da casa,
O sentimento da terra onde nasceram,
As histórias dos velhos
Que se reuniram pra fumar cachimbo.
Foi o maior segredo das avós e das mães.
Os homens, ao saberem do segredo,
Ficaram mais fortes para o amor, lutaram
E protegeram as mulheres.
Por isso, homens e mulheres juntos
São fortes
E fazem fortes os seus filhos
Para defenderem o segredo das mulheres.
Pra que nunca mais aquele homem branco
Mate a história do índio!

Memória, oralidade e ancestralidade são nossas categorias que melhor definem as principais características dos povos indígenas. Notável que a ancestralidade é passada de geração

em geração por meio das memórias e narrativas das mulheres (avós, mães), que são detentoras dos conhecimentos tradicionais dos seus povos que as esconderam na ‘barriga’. Muito simbólico, podemos relacionar a ‘barriga’ com a gravidez, enquanto houver mulher indígena haverá tradição ancestral, desde o ventre a ancestralidade é inseminada.

4.4 INFLUÊNCIA DOS ANCESTRAIS NA BUSCA PELA PRESERVAÇÃO DA IDENTIDADE

Divergindo da nossa cultura dita ‘ocidental’, a importância dos antepassados para as gerações presentes, os povos indígenas têm uma organização familiar distinta da nossa, e dos outros povos indígenas também, afinal são 305 povos indígenas levantados no último IBGE (2010). Os povos indígenas não são homogêneos culturalmente como costumamos classificá-los, mas a questão da importância dos mais velhos, os anciãos e dos seus antepassados, parece ser comum a todas.

Os rituais como a pajelança²⁸ e as pinturas corporais, são cruciais para a preservação das culturas indígenas, e nos dias atuais está crescendo o número de mulheres como pajés e caciques. Eliane Potiguara (2019, p. 102) escreve: “É nessa vida que as mulheres precisam exercer seus direitos humanos. Se forem esperar por outra vida, os resquícios do passado histórico ainda vão influenciar sua mente, seu inconsciente coletivo. Oh! Criador, fazei com que essas mulheres sejam rainhas do novo alvorecer!”

A resistência na escrita de Eliane Potiguara sempre se faz presente e a inquietação sobre a nossa cultura faz em relação com os povos indígenas, colocando em museus e exposições, na qual Eliane faz um chamamento para os povos indígenas para sair desses lugares e ocupar seus lugares na História. Apenas um trecho da poesia “Identidade Indígena” (POTIGUARA, 2019, p. 115) que merece ser lida integralmente pela beleza poética e pelo o que está sendo dito.

Nós, povos indígenas,
Queremos brilhar no cenário da História

28 Pajê: a palavra é de origem tupi, como sabemos nem todos os povos indígenas são do mesmo tronco linguístico, mas como ficou mais conhecida entre a sociedade não-indígena o termo acabou sendo utilizado para denominar a função do/da responsável pelos rituais de cura e os outros de todos os povos indígenas. Outro termo que está sendo também muito utilizado é ‘xamã’, para os povos que não são de origem tupi.

Resgatar nossa memória
E ver os frutos de nosso país, sendo divididos
Radicalmente
Entre mulheres de aldeados e “desplazados”
Como nós.

4.5 EXALTAÇÃO À TERRA, À CULTURA E À ESPIRITUALIDADE INDÍGENAS

Neste capítulo Tupã mostra a caminhada dos povos indígenas a Jurupinga e a Cunhataí, por meio da natureza, da cultura, e dos tempos. Eliane (2019, p. 119) fundamenta porque as Terras Indígenas são importante para os povos indígenas:

Desde o passado até os dias atuais, o território e a cultura indígenas têm sido as linhas mestras de determinação para a sustentação de um povo. Quando dizemos “território”, não estamos simplificando o termo para algo simples e final; estamos expandindo o termo para algo mais digno no que se refere aos direitos dos povos indígenas. Um território não é apenas um pedaço ou uma vastidão de terras. Um território traz marcas de séculos, de culturas, de tradições. É um espaço verdadeiramente ético, não é apenas um espaço físico como muitos políticos querem impor, Território é quase sinônimo de ética e dignidade. Território é vida, é biodiversidade, é um conjunto de elementos que compõem e legitimam a existência indígena. Território é cosmologia que passa inclusive pela ancestralidade.

4.6 COMBATIVIDADE E RESISTÊNCIA

Neste capítulo curtíssimo, traz Jurupiranga, representa a resistência em busca dos Direitos Humanos dos povos indígenas. Em suma, é um dos temas transversais do livro, na qual Eliane acaba por criar uma utopia, que depende mais da nossa cultura para torná-la realidade. Um trecho do sonho da Eliane, que representa desejo e luta daquelas e daqueles que querem viver numa sociedade com justiça social e libertária, que se concretize:

Os velhos eram venerados por todos. Os indígenas desaldeados e descendentes (aqueles que quisessem) eram reconhecidos não só pelo seu próprio povo, mas pela sociedade e reintegrados a seu povo original por um mecanismo legal aprovado no que chamavam de Congresso e Senado, por indígenas parlamentares. Juízas indígenas conquistaram a inclusão dos povos indígenas em

todos os segmentos da sociedade, na mídia, na educação, na saúde, no trabalho, na legislação da sociedade envolvente. Enfim, percebeu a comunhão da nova e avançada tecnologia utilizada por alguns indígenas com as tecnologias e tradições indígenas, na qual o diálogo de jovens e velhos era uma realidade. Naquele ano, um prêmio Nobel da Paz foi dado a uma indígena guatemalteca e, mais à frente, a outro indígena, um escritor, que o recebeu também porque havia escrito algo que precisava ser escrito, com a alma, uma lição para o mundo, na construção da paz mundial e dos direitos não só indígenas, mas os direitos humanos (POTIGUARA, 2019, p. 147).

4.7 VITÓRIA DOS POVOS

O último capítulo Eliane Potiguara encerra poeticamente com poesias e um relato crônico. No desfecho final depois de ter percorrido sobre as violências, racismos, etnocídios, mortes, apagamento e silenciamento histórico, e tantos outros problemas nos quais passam os povos indígenas, Jurupinga ressurgiu e permanece unido com Cunhataí. Trago a estrofe final da poesia “Homem”:

Homem!
Concebeu a mim, não de uma costela
Mas de uma estrela, que trabalha bela:
Mãe, fêmea, amante secular
Mas com seus direitos de mulher
(POTIGUARA, 2019, p. 154).

A mulher pode e deve ocupar o espaço que quiser como ‘mãe’, ‘fêmea’, ‘amante secular’ porque é seu direito de mulher sem ser submissa ao homem, ao colonizador e a colonialidade do poder.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Literatura indígena existe e está aí, como também os povos indígenas e suas ancestralidades. A afirmação para muitas pessoas nesse território nacional, sendo que, na

realidade é território ancestral, não é assim tão óbvia. Somos muito mal informados sobre a História, Cultura e Literatura dos Povos Ancestrais Indígenas, tendemos a colocar os povos indígenas como pertencentes ao passado, como não sendo mais puros por usarem celular ou serem evangélicos, por residirem em contexto urbano, como vítimas, como vilões, como inocentes, como pagãos e hereges, como qualquer outra coisa, menos pelo o que elas e eles realmente são: Ancestrais. Não precisam e nunca precisaram ser tutelados e muito menos assimilados e da nossa benevolência colonizadora.

São os primeiros habitantes dessa Terra, mesmo tendo uma abertura para com o Outro, não foram respeitados e compreendidos. A invasão colonizadora não dizimou totalmente esses Povos Ancestrais Guerreiros, mesmo com todas as armas e artifícios de destruição que o ocidente é tão hábil especialista voltada para eles. Os Povos Ancestrais Indígenas estão aí, e podem nos educar para uma sociedade igualitária, democrática e anti-racista. Precisamos pensar com os Povos Ancestrais Indígenas e Africanos como salvar o ocidente das próprias ‘perdições’ que habilmente ele mesmo criou. Para isso, é necessário conhecer os Povos Ancestrais por eles mesmos.

A escolha verdadeira para apresentar e fazer o TCC sobre **Metade Cara, Metade Máscara** é pelo sentimento e a sensação que me invadiu durante e ao término da leitura, aquele descontentamento e desassossego ao descobrir que minha história enquanto pertencente ao território nacional brasileiro me foi roubada. Enquanto estudante de Letras na UFSC fiquei e fico perplexa ao saber da existência da Literatura Indígena, já consolidada, com Lei e Diretrizes Operacionais que a tornam o seu ensino obrigatório, e a continuação do apagamento e silenciamento por parte dos cursos de graduação em licenciaturas.

Essas e outras histórias que desconhecia e gostaria de conhecê-las desde o início da minha formação estudantil no Ensino Básico. O sentimento mais forte enquanto leitora de Literatura Indígena é descobrir que sei quase nada da História deste território nacional, e que fui e somos ludibriados para outras questões e afastando de algo crucial, conhecer as nossas origens, mesmo nós não sendo indígenas, são as nossas origens e estamos no território ancestral. Quem sabe conhecendo realmente os Povos Ancestrais Indígenas conseguiremos justamente construir soluções para que nosso contato seja intercultural e não de violência, genocídios e etnocídios.

Que aprendamos com os Povos Ancestrais Indígenas e assim, iniciarmos um diálogo acadêmico intercultural crítico que possibilite escrever ‘com’ os povos indígenas e não mais

‘sobre’ os povos indígenas. Para isso, é importante garantir o que já está previsto na Constituição de 1988 e na Lei 11.645/2008. Precisamos mobilizar e pressionar os governos e as instituições para as Demarcações de Terras Indígenas e a inserção da Cultura e História indígena nos currículos. É direito e dever constitucional que em todos os governos, seja de esquerda ou de direita não estão cumprindo. Demarcação, já! Literatura Indígena, já! No território Ancestral!

Para encerrar, como iniciei, outro trecho da música “Mãos vermelhas” de Kaê Guajajara, cantando sobre as resistências indígenas, pois estão em todos lugares: “Tô renascendo das cinzas do fogo; Em que queimaram meus ancestrais; Ainda resistimos em tantos tons e vivências”.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Inês de. **Desocidentada**: Experiência literária em terra indígena. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

GRAÚNA, Graça. **Contrapontos da literatura indígena contemporânea no Brasil**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2013.

KAMBEBA, Márcia Wayna. **Att Kakyritama**: eu moro na cidade. 2ª ed. São Paulo: Pólen, 2018.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu**: palavras de um xamã yanomami. Tradução: Beatriz Perrone-Moisés; Prefácio: Eduardo Viveiros de Castro. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

LUGONES, Maria. **Colonialidade e gênero**. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

PACHAMAMA, Aline Rochedo. **M'baima miliguapy**: mulheres indígenas na cidade. Mulheres indígenas na aldeia. 2ª ed. Rio de Janeiro: Pachamama, 2020.

POTIGUARA, Eliane. **Metade cara, metade máscara**. 3ª ed. revisada. Rio de Janeiro: Grumin, 2019.

_____. **Eliane Potiguara**. In: COHN, Sergio; KADIWEL, Idjahure (org.). **Tembetá**: conversas com pensadores indígenas. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2019.

SMITH, Linda Tuhiwai. **Descolonizando metodologias**: pesquisa e povos indígenas. Tradução: Roberto G. Barbosa. Curitiba: Ed. UFPR, 2018.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Tradução: Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Ferreira Feitosa; André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

THIÉL, Janice. **Pele silenciosa, pele sonora**: a literatura indígena em destaque. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.